

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.673 - SP (2019/0021150-0)**

AGRAVANTE : BITTENCOURT GOMES  
AGRAVANTE : GESSE GROTTI  
AGRAVANTE : LOURIVAL FOGACA  
AGRAVANTE : RUBENS NICOLAU  
AGRAVANTE : VICENTE ESTEVES LOPES  
ADVOGADOS : RICARDO INNOCENTI E OUTRO(S) - SP036381  
              DANIELA BARREIRO BARBOSA - SP187101  
              MARIA CRISTINA LAPENTA - SP089711  
              JOSÉ JERONIMO NOGUEIRA DE LIMA - SP272305  
              TAMIRES DE VASCONCELOS FERREIRA - SP359988  
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : JULIANA GUEDES MATOS E OUTRO(S) - SP329024

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BITTENCOURT GOMES E OUTROS contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Bittencourt Gomes e outros ajuizaram ação ordinária, com valor da causa atribuído em R\$ 58.922,37 (cinquenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos), em outubro de 2016, tendo como objetivo o restabelecimento da diferença entre as classes, de acordo com o piso salarial mínimo estabelecido para a categoria, qual seja 2,5 (dois e meio) salários mínimos, aplicando neste caso às classes salariais 603 à 609, 703 à 715 e 801 à 814, com os respectivos adicionais.

Após sentença que julgou improcedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

APELAÇÃO. APOSENTADOS E PENSIONISTAS. FEPASA. COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO/APOSENTADORIA. 2,5 SALÁRIOS MÍNIMOS.

Pretensão à complementação de pensão/aposentadoria até o piso de 2,5 salários mínimos, nos termos da cláusula 4.17 do Contrato Coletivo de Trabalho 1995/1996. Inteligência do art. 4º da Lei Estadual 9.343/96. Norma que incorpora direitos entabulados no contrato coletivo até que lege ferenda disponha de forma diversa. Autores que, no entanto, não fazem jus à complementação, por auferirem rendimentos superiores a 2,5 salários mínimos.

RECURSO NÃO PROVIDO.

Os embargos de declaração interpostos não foram acolhidos (fls. 290-293).

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, BITTENCOURT GOMES interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 5º e 6º, § 2º, da LINDB; art. 1.022, II, do CPC/15; art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual n. 9.343/96; e arts. 192 e 193 do Decreto Estadual n. 35.530/59.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

O Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia, interpretou legislação local, *in casu*, a Lei Estadual nº 9.343/96, o que implica a inviabilidade do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

Nesse diapasão, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO-BASE DE TELEFONIA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL 13.756/04 E DECRETO MUNICIPAL 44.944/04. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 26/08/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisão publicada na

vigência do CPC/73.

II. Segundo consta do acórdão recorrido, a "Prefeitura Municipal de São Paulo propôs ação demolitória, em face da Tim Celular S/A, perante o Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, objetivando a remoção da estação de rádio base instalada irregularmente, em razão de o equipamento estar em funcionamento sem prévio licenciamento urbanístico". O Tribunal de origem manteve a sentença de procedência.

III. A questão controvertida nos autos foi solucionada, pelo Tribunal de origem, com fundamento em leis locais (Lei municipal 13.756/04 e Decreto municipal 44.944/04). Assim, torna-se inviável, em Recurso Especial, o exame da matéria nele inserida, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp n. 709.574/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 14/9/2015; REsp n. 1.455.034/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/4/2015.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. LEIS MUNICIPAIS. INCIDÊNCIA. MATÉRIA LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.217.076/SP, representativo de controvérsia repetitiva, firmou o entendimento de que "A discussão, na fase de liquidação, a respeito dos supervenientes reajustes concedidos pela legislação municipal (Lei 12.397/97) e seus reflexos no cálculo do percentual devido e no cumprimento da condenação imposta envolve exclusivamente interpretação e aplicação de direito local, insuscetível de reexame por recurso especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 280 do STF" (Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 14/10/11).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg nos EDcl no AREsp n. 4.111/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 12/11/2014.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro a condenação da verba honorária fixada pelo Tribunal de origem em 1 ponto percentual, sopesado, para a definição do *quantum* ora aplicado, o trabalho adicional realizado pelos advogados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator